



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2016.

Requer seja aprovado encaminhamento de Requerimento de Informação ao Senhor Ministro de Estado da Educação acerca da situação dos educandos das áreas direta ou indiretamente atingidas pelo rompimento da barragem em Mariana, Minas Gerais.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, Requerimento de Informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Mendonça Filho, conforme Requerimento nº 156, de 2015, de autoria do Deputado Saraiva Felipe, aprovado na reunião da Comissão de Educação realizada no dia 10 de agosto, solicitando respostas às questões abaixo, que tratam da situação dos educandos das áreas direta ou indiretamente atingidas pelo rompimento da barragem em Mariana, Minas Gerais, ocorrido em 5 de novembro de 2015.



- 1) Quantas e quais foram as escolas danificadas ou destruídas pelo rompimento da barragem na região de Mariana?
- 2) Dessas escolas, quantas foram recuperadas e já funcionam normalmente?
- 3) Quais as providências tomadas para assegurar as aulas dos alunos das comunidades atingidas direta ou indiretamente pelo rompimento da barragem em Mariana, especialmente as crianças e os jovens das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu, distritos de Mariana mais atingidos pelo desastre?
- 4) Ainda há escolas que foram atingidas pela interrupção do abastecimento de água potável na região cortada pelo Rio Doce, desde Minas Gerais até o Espírito Santo, que não tiveram o abastecimento normalizado?
- 5) Qual a origem da merenda escolar das escolas das regiões de Mariana, Governador Valadares (MG) e Linhares (ES)? Há risco no que se refere a alimentos produzidos a partir da atividade agrícola, inclusive agricultura familiar ou pecuária da região que margeia o Rio Doce, desde Minas Gerais até o Espírito Santo?
- 6) Quais as providências para evitar o consumo de alimento que tenha sido contaminado?
- 7) Ainda há escolas que estão recebendo os alunos das escolas danificadas ou destruídas? Em caso positivo, como o MEC está acompanhando e apoiando a gestão dessas escolas para que não haja prejuízo educacional para os educandos?
- 8) As universidades e os Institutos de Pesquisa foram chamados a contribuir para:
 - a) Determinar a toxicidade dos rejeitos despejados pelo rompimento da barragem?
 - b) Avaliar a recuperação dos danos ambientais causados?
- 9) O MEC consultou as universidades federais afetadas pela tragédia (Campus de Governador Valadares da UFJF, UFOP e UFES) sobre o impacto nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão?



10) O MEC ofereceu algum suporte técnico às universidades federais para a montagem de laboratórios de pesquisa para estudos relacionados com o impacto da tragédia ao longo do Rio Doce?

JUSTIFICAÇÃO

O rompimento da barragem da Samarco, no dia 5 de novembro de 2015, foi um dos maiores desastres ambientais da história do Brasil. Cerca de 25 mil piscinas olímpicas de lama composta por rejeitos minerais cobriram vilarejos da cidade de Mariana, mataram dezenas de pessoas e impactaram a vida de outras centenas. Os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, atingidos pelo tsunami de lama, praticamente desapareceram do mapa.

Houve, evidentemente, impacto na vida dos cidadãos, inclusive na vida escolar das crianças. Algumas escolas foram destruídas ou danificadas. Os rejeitos que se transformaram em lama e que atingiu a foz do Rio Doce ocasionaram a falta de água potável – o que inviabilizou as aulas por um longo período.

Após 9 meses do desastre, é preciso que esta Comissão de Educação possa tomar conhecimento da situação atual e avaliar como os problemas foram resolvidos e se as escolas já voltaram a funcionar normalmente, a fim de minimizar os prejuízos havidos aos educandos.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2016.

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ PTB/SP
Presidente da Comissão de Educação